

SUMÁRIO

OS ESTUDOS NO CAMPO DISCURSIVO	9
Atilio Butturri Junior	
Sandro Braga	
Thiago Barbosa Soares	

PRIMEIRA PARTE: HISTÓRIAS, NARRATIVAS, CONCEITOS

O SUJEITO DO DISCURSO EM BAKHTIN E FOUCAULT: ALGUMAS OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	23
Rudolf Mahrer	
A NOÇÃO DE DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT.....	51
Marcelo Raffin	
O SOCIAL SOB O OLHAR DA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA.....	75
Suzy Lagazzi	
QUAL O LUGAR DO LINGUISTA NA ANÁLISE DO DISCURSO?	89
Pedro de Souza	
O GÊNEROS DO DISCURSO NOS ESTUDOS DISCURSIVOS DE BASE DIALÓGICA	105
Rodrigo Acosta Pereira	
Luana de Araujo Huff	
Amanda Maria de Oliveira	

RECEPÇÕES DO PENSAMENTO BAKHTINIANO NO OCIDENTE:
A VERBIVOCOVISUALIDADE NO BRASIL 133
Luciane de Paula
José Antonio Rodrigues Luciano

1969, O ANO QUE NÃO TERMINOU: O ACONTECIMENTO DA ANÁLISE
DO DISCURSO 167
Thiago Barbosa Soares

COM ANTÍGONA E SÓCRATES, LUTO. 1969 EAS MARCAS DE
UMA LIÇÃO, EM AFETO: MICHEL PÊCHEUX E MICHEL FOUCAULT 189
Marcos Barbai

SEGUNDA PARTE: INTERVENÇÕES, ANÁLISES, PERSPECTIVAS

PAISAGENS CLIMÁTICAS E EMOÇÕES TRISTES 203
Denise Bernuzzi de Sant'Anna

BIOPOLÍTICA, ASFIXIA E PANDEMIAS NO BRASIL:
SOBRE A AIDS E A COVID-19 219
Atilio Butturi Junior

SABER, PODER E DISPOSITIVOS EM DISCURSOS SOBRE A AIDS EM
UM JORNAL IMPRESSO 243
Ilza Galvão Cutrim
Mônica da Silva Cruz

A DISSEMINAÇÃO CRONOTÓPICA DE ENUNCIADOS PROTOTÍPICOS
NAS RELAÇÕES DIALÓGICAS: A DINAMICIDADE DE “ELE NÃO
ME REPRESENTA” 269
Rita Maria Diniz Zozzoli

O MEME NA ESCOLA: QUANDO LER E ESCREVER FAZEM SENTIDO 295
Sandro Braga

NO SER DA LINGUAGEM LITERÁRIA, O REGIME ESTÉTICO DA IMAGEM:
A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DOS (DES)AFETOS 321
Roselene de Fatima Coito

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO MUNDO ÁRABE: POR UMA SOCIOLINGUÍSTICA DA REVOLUÇÃO.....	337
Ashraf Abdelhay Cristine G. Severo	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	353
SOBRE OS AUTORES	355

OS ESTUDOS NO CAMPO DISCURSIVO

Atilio Butturi Junior

Sandro Braga

Thiago Barbosa Soares

Este *No Campo Discursivo* é o resultado de uma espécie de aposta na complexidade que, hoje, marca o vasto campo dos estudos que têm o *discurso* como conceito-chave. Na modalidade do conceito, é esse discurso que, como problema de linguagem sempre em intersecção com a história e a política, espalha-se em diversas áreas do conhecimento e do saber e vai ganhando novas espessuras e solicitando novos deslocamentos.

O problema dos conceitos foi tratado por diversos epistemólogos, mas aqui gostaríamos de nos valer de Deleuze e Guattari (1992), em *O que é a filosofia?*. Os autores definem as três formas básicas do pensamento – filosofia, ciência e arte – segundo o modo pelo qual estas são capazes de cortar o caos e produzir planos – imanentes ou transcendentos. O caos, então, seria o não-lugar das velocidades infinitas e da impossibilidade das relações entre quaisquer determinações. Por sua vez, os três caóides circunscrevem planos que se produzem na imanência: “[...] ao mesmo tempo o que deve ser pensado e o que não pode ser pensado.”(p. 78).

Entre os functivos da ciência e os afectos da arte, Deleuze e Guattari (1992) apontam a filosofia como a forma específica de criar consistências instáveis, no limite entre o acontecimento e a ordenação. Um conceito, assim, “[...] define-se pela inseparabilidade de um número finito de componentes heterogêneos percorridos por um ponto de sobrevôo absoluto, à velocidade infinita.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.33).

Ora, tomemos o discurso como um desses conceitos filosóficos, que tem percorrido espaços tão distintos na Filosofia, nas Ciências Humanas e na Linguística. A história do conceito já foi contada, desde os embreantes até o ato individual, respectivamente em Jakobson e em Benveniste, na primeira metade do século XX. Ou, ainda, com a publicação dos textos axiais de Bakhtin. Podemos também perscrutar os regimes cesuralistas e aferir outra paternidade, qual seja, o momento estruturalista da década de sessenta e a aparição das teorias do discurso de Pêcheux e da arqueologia de Foucault.

Não nos deteremos nessas genealogias possíveis. Aqui, a partir de Courtine (1999), partiremos da proliferação do campo de estudos do discurso e dos diversos deslocamentos que ela tem exigido. Tomaremos, inicialmente, três recortes históricos, pensando no espaço que o discurso ocupará no debate linguístico que, em meados do século XX, tornava-se uma espécie de vedete teórico-metodológica (DOSSE, 1993). O primeiro, de Michel Pêcheux, cuja teoria aparece como uma forma de deslocamento. Em sua *Análise Automática do Discurso* (1990 [1969]), o autor já tomava a ciência linguística saussuriana naquilo que ainda guardava de “resíduo” subjetivista. Assim, ao pensar num sistema social, Saussure teria apagado o papel estruturante das relações sociais, que demandava uma discussão dos processos de produção constitutivos da linguagem.

O tema saussuriano reaparece mais tarde, em *A semântica e o corte saussuriano* (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p.1), desta feita criticando as teorias da língua e da linguagem, que se estabelecem num “[...] retorno forçado ao um empirismo renovado pelo formalismo.”. Partindo do valor e do signo, fazem intervir no estruturalismo os determinantes que permitem que algo seja dito – as formações discursivas e as formações ideológicas.

O segundo dos tensionamentos que gostaríamos de trazer à tona aparece em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de Bakhtin/Volochinov (2002 [1929]). Contra o objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista, o texto afirma que o que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, e sim sua mobilidade específica. Bakhtin/Voloshinov

vão fundar uma teoria do discurso que ultrapassa os limites do formalismo estrutural de Saussure, de um lado, e que se coloca na direção oposta do subjetivismo. O discurso será uma outra instância, cuja complexidade demanda pensar nas condições de refração em funcionamento nos uso da língua e na interação.

O terceiro deslocamento é aquele sustentado por Michel Foucault, em sua *Arqueologia do Saber* (2012 [1969]). Foucault, como se sabe, não era um linguista. O que faz é pensar na linguagem – como o fazem Pêcheux e Bakhtin/Voloshinov – de modo não-subjetivo e não-formal. É por tal viés que estabelece os conceitos de enunciado e de discurso, o primeiro constitutivo de toda linguagem: “**A linguagem, na instância do seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado.** Como tal, se apoia numa descrição que não é nem transcendental, nem antropológica.” (FOUCAULT, 2012 [1969], p.138, grifos nossos). O discurso aparece como um certo modo de organizar e repartir enunciados, partindo de dois pressupostos: ele é uma prática; ele exige algo para além da forma, um “mais” que é de natureza política e estabelece, na materialidade da linguagem, uma luta:

[o discurso] aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que se coloca, por conseguinte, **desde sua existência** (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2012, p.148-149, grifos nossos)

É, pois, segundo a ordem da complexidade e do “mais”, que ainda é preciso descrever – seja segundo a ideologia, o poder ou as condições de produção – que operamos, neste escrito, como o conceito, sempre móvel e em deslocamento, de discurso. Isso não significa esvaziá-lo, mas entendê-lo em sua produtividade analítica e teórica. Sob tal égide, a presente coletânea não redundará em repetições das narrativas da invenção de um campo. Tampouco exige a parataxe ou a incomensurabilidade entre teorias e dispositivos analíticos. Nossa opção foi reunir pesquisadores e

teóricos de várias vertentes e que, de formas inventivas, voltam-se para o discurso como uma possibilidade de inteligir problemas e objetos complexos e que demandam uma intersecção densa entre a linguagem e a exterioridade – isso que, de várias instâncias, vamos entender como discurso.

A ideia do livro, para além dessa preocupação de cunho epistemológico e ético – na medida em que esses recortes se exigem entre si – é resultado das aproximações realizadas no *Grupo de Pesquisa no Campo Discursivo* (CNPq/UFSC), liderado pelos professores Atilio Butturi Junior e Sandro Braga, cujo projeto reside nisto: a produção de vértices. Com três linhas de pesquisa, desenhadas por afinidades teóricas mais diretas, o Campo Discursivo foi um mote para integrar a Política Linguística e a AD Francesa, os estudos dialógicos e a genealogia foucaultiana, os problemas de teoria e as necessidades analíticas.

Desse projeto, surgiu então o *I Colóquio Internacional do Campo Discursivo*, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em dezembro de 2019, como recursos do PAEP-CAPES a apoio do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC. Ademais, foi adensada pela cooperação com pesquisadores do PROCAD/Amazônia –Projeto de Cooperação em Estudos Linguísticos entre UFT, UFMA e UFSC¹, bem como de outras instituições nacionais e estrangeiras, em cujo escopo desenvolvem-se pesquisas sobre os Estudos de Linguagem e o Campo Discursivo.

Diante dessa série de cooperações e dessa multiplicidade de vozes, bem como de acordo com uma concepção de discurso como um campo em construção, organizamos o livro em duas partes: uma, voltada à discussões históricas e epistemológicas do campo do discurso, composta de oito capítulo; outra, construída a partir de contribuições analíticas que partem de diversas abordagens discursivas e que se caracterizam pela interdisciplinaridade.

1 A presente obra é financiada pelo Programa de Cooperação Acadêmica – Procad/Amazônia, Processo Nº 23038.005350/2018-78.

A primeira parte, *História, Narrativas, Conceitos*, é iniciada com um texto inédito de **Rudolf Mahrer**, traduzido por Sara Farias da Silva e pelas alunas Laura Gauterio, Sabrina Pedrotti e Paula do N. Marques. No texto *O sujeito do discurso em Bakhtin e Foucault: algumas observações preliminares*, Mahrer percorre a discussão de autoria em Foucault e em Bakhtin – no segundo, na teoria dos gêneros do discurso – defende a hipótese de que é possível escandir a problematização dos filósofos a partir da noção de agentividade, fundamental no russo e ausente no francês.

A partir de uma retrospectiva histórica acerca dos principais temas sobre os quais Foucault elabora sua *episteme*, trazemos o capítulo *A noção de discurso em Michel Foucault*, do filósofo argentino **Marcelo Raffin**. Do enunciado ao arquivo, das derivas da arqueologia à passagem à genealogia, da ordem do discurso ao discurso como poder, até chegar a abordagem do discurso e das derivas posteriores da genealogia em Foucault, Raffin revisita ponto a ponto a obra foucaultiana e constata que a noção de discurso constitui uma categoria complexa que não se refere apenas a determinações externas ao sujeito, mas sobretudo à possibilidade de tomar a palavra como forma de poder e de resistência contra certa “ordem do discurso” que se instaura como um certo estado de coisas.

O terceiro dos capítulos que apresentamos é o de **Suzy Lagazzi**, *O social sob o olhar da Análise do Discurso materialista*. Nele, a autora discute o percurso analítico da Análise do Discurso, em direção ao sensível e ao artístico, através da análise de diferentes materialidades significantes em imbricação dentro da fotografia de Nilil Gonçalves, compondo-se na eloquência do olhar, do corpo, das cenas. Tal trabalho de descrição nos conduz a refletir sobre a alternância de olhares que, na alteridade, constituem os sujeitos, os sentidos e os espaços, fazendo do encontro com o outro a possibilidade de novas ancoragens pelo sensível, no artístico, novas ancoragens em processos de identificação que subvertam o estabilizado.

Qual o lugar do linguista na análise do discurso? É a pergunta-título que guia o quarto capítulo, escrito por **Pedro de Souza**. A discussão se dá em torno de um debate de Foucault sobre *A Arqueologia do saber*, na Rádio France Cultura, em 2 de maio de 1969, em que os entrevistados propõem a polêmica pergunta de qual seria a diferença entre objeto discursivo e não-discursivo. O destaque é para a resposta de Foucault: o objeto do discurso é fabricado pelo próprio discurso. Souza salienta que importante é se considerar a questão seguinte: sobre o discurso o que e como se analisa? Por fim, o autor propõe o emprego de certo conceito de discurso que não o pressupõe como objeto linguageiro *a priori*, e sim como prática resultante de um ato de fala.

O quinto capítulo da primeira parte, **O gêneros do discurso nos estudos discursivos de base dialógica**, de **Rodrigo Acosta Pereira**, **Luana de Araujo Huff** e **Amanda Maria de Oliveira**, traz uma discussão teórico-metodológica acerca das contribuições da teoria de gêneros do discurso para os Estudos Dialógicos da Linguagem. Os autores retomam as explicações conceituais dos escritos do Círculo, à luz do discurso e da enunciação, delineando considerações tanto de base epistemológica quanto teórico-metodológica, e ratificam a posição de pesquisas de base dialógica que partem do matiz social, histórico e cultural para a materialidade linguística.

Recepções do pensamento bakhtiniano no ocidente: a verbivocovisualidade no Brasil, escrito por **Luciane de Paulae José Antonio Rodrigues Luciano**, é o sexto capítulo deste *No campo do discursivo*. Propõe um levantamento analítico das várias recepções das obras bakhtinianas no Ocidente. Os autores apresentam uma leitura com vistas a compreender as particularidades dos textos no encontro com culturas diferentes, o que provoca interpretações do pensamento de Bakhtin e do Círculo de pontos de vista distintos. O estudo busca entender de que maneira essas recepções influenciaram a recepção brasileira a partir da reflexão acerca dos desdobramentos da filosofia bakhtiniana na contemporaneidade, sobretudo no Brasil.

O sétimo capítulo da primeira parte é *1969, o ano que não terminou: o acontecimento da análise do discurso*, de **Thiago Barbosa Soares**. No texto, o autor traça uma espécie de história do surgimento do problema do discurso na França, marcada por tensões e aproximações entre os textos seminais de Michel Foucault e Michel Pêcheux. No escopo encontra-se a noção de acontecimento com a qual o autor palmilha o próprio caminho de surgimento da Análise do Discurso, de modo que essa também passe a ser concebida como um acontecimento no interior das Ciências Humanas. Para tanto, toma a *Arqueologia do Saber* e a *Análise Automática do Discurso* tanto como em pontos de ancoragem quanto como em pontos de cisão teórica nos estudos da linguagem.

Encerra a primeira parte *Com Antígona e Sócrates, luto. 1969 e as marcas de uma lição, em afeto: Michel Pêcheux e Michel Foucault*, de autoria de **Marcos Barbai**. Trata-se de um exercício de leitura pelo trajeto da distinção entre (os dois Michéis) o caso e a conjuntura, pelo sentido e a significação, a interpretação e a significação e a não-coincidência das leituras. Partindo desse princípio, discute a atual situação político-social do país, fazendo um estimulante percurso em Antígona e Sócrates ao debruçar sobre os sentidos que recobrem o sintagma “luto”. Lançando mão da noção de formação discursiva, Barbai salienta como essa noção em Foucault é deslocada em Pêcheux em 1969, fazendo diversas interrogações acuradas sobre o “real dispersante” e “o que pode e deve ser dito” no Brasil, do Brasil e também sobre o Brasil atual.

Por sua vez, na segunda parte, *Intervenções, Análises, Perspectivas*, estão inseridos os escritos que se dedicam a análises. O primeiro deles parte do campo da história. Intitulado *Paisagens climáticas e emoções tristes*, o capítulo de **Denise Bernuzzi de Sant’Anna** toma o problema atual da depressão e traça uma breve genealogia da produção de discursos e práticas sobre as tristezas no Brasil, por meio de um rico material que vai dos enunciados médicos até os discursos jornalísticos.

O segundo capítulo *Biopolítica, asfixia e pandemias no Brasil: sobre a aids e a Covid-19*, é de autoria de **Atilio Butturi Junior** e lança um olhar sobre o atual quadro da crise pandêmica e do regime da asfixia

instalada pela biopolítica no Brasil, de modo a refletir sobre os regimes tecnobiodiscursivos em funcionamento em dois acontecimentos: a pandemia da AIDS e a epidemia da Covid-19. Nos dois casos, o texto dinamiza o debate e nos faz pensar acerca do relacionamento entre corpo, vírus e discursos nas duas epidemias, assim como as modalidades de subjetivação e de exceção que as epidemias colocam em funcionamento na gestão da vida e da morte.

Saber, poder e dispositivos em discursos sobre a AIDS em um jornal impresso, de **Ilza Galvão Cutrim e Mônica da Silva Cruz**, é o terceiro capítulo da segunda parte desta coletânea e também analisa os discursos sobre a AIDS, desta feita tomando como *corpus* o discurso jornalístico – *O Estado do Maranhão*, em textos de 1987 e 1988 – e refletindo sobre os modos pelos quais o discurso midiático produz visibilidades e enunciabilidades.

Na sequência, figura o capítulo ***A disseminação cronotópica de enunciados prototípicos nas relações dialógicas: a dinamicidade de “Ele não me representa”***, de **Rita Maria Diniz**. No texto, a autora apresenta suas reflexões sobre o que denomina *enunciado prototípico* em suas pesquisas, considerando a perspectiva dialógica bakhtiniana e os conceitos básicos *relações dialógicas* e *cronotopo*. A mobilização teórica é usada para analisar um exemplo do que entende como enunciado prototípico no Twitter: *Ele não nos representa* e suas declinações, considerando-o numa ótica dinâmica de funcionamento dos enunciados.

Por sua vez, **Sandro Braga**, no capítulo ***O meme na escola: quando ler e escrever fazem sentido***, reflete sobre a leitura e a escrita praticadas nas mais variadas formas de interação, em redes sociais virtuais. Nessa perspectiva, Braga empreende uma investigação sobre os modos de produzir sentido ao ato de ler e à produção escrita de memes no ambiente escolar, interrogando também, sob o viés discursivo, como o estudante alçado à posição de aluno é arregimentado no bojo de sua produção textual de modo a constituir-se como sujeito que dá sentido a si e ao seu projeto de dizer. Assim, o texto nos leva a compreender que o aluno, ao assumir um lugar discursivo de fala próprio (do seu dia a

dia), dentro do ambiente escolar, pode tomar a língua como objeto de estudo mais instigante.

O sexto capítulo da segunda parte é *No ser da linguagem literária o regime estético da imagem: a constituição da história dos (des)afetos*, de **Roselene de Fatima Coito**, que discute como se dá o regime estético das imagens, partindo da reflexão e cotejamento entre a representação em Foucault e em Rancière. O escrito analisa o livro *Cena de Rua* e apresenta as questões da semelhança e da similitude, constitutivas da *episteme* dos séculos XVI e XVII, para pensar a relação entre as palavras e as coisas, como também a complexidade de se tratar da relação entre desenho e escrita.

O texto que fecha esta coletânea é Políticas linguísticas no mundo árabe: por umasociolinguística da revolução, contribuição de **Ashraf Abdelhaye Cristine Gorski Severo** cuja marca é a discussão sobre as lutas em torno das línguas no mundo árabe, apresentado em sua diglossia que solicita o árabe como uma língua nacional em embate constante com as línguas locais – os dialetos árabes. O capítulo aponta, então, tanto para os discursos coloniais quanto para a formação de resistências, na agonística linguístico-política que se desenha na região.

Do mesmo modo como as primeiras palavras nunca são de fato as primeiras, as últimas também não o são, uma vez que o dizer não se finda no ato de enunciar: ao contrário, ganha corpo como letra encarnada. O que pretendemos nesta coletânea, pois, não é apontar um panorama geral dos estudos do discurso, mas sinalizar a constituição de um cenário desses estudos, que implica em conjurar a configuração de quadros epistemológicos que, ao mesmo tempo em que se aproximam, também demarcam especificidades.

Cabe dizer que, ao nos aproximar do fim deste texto, não se trata de delimitar a análise de discurso a essas perspectivas que por ora apresentamos, mas lembrar ainda que a ela atribui-se a importante função crítica de leitura daquilo que se inscreve no social e que afeta a todos como uma política do sentido nas muitas formas de dizer. Na perspectiva aqui assumida, deparamo-nos, em nosso trabalho, com

a dificuldade de lidar com uma teoria em constante transformação. Contudo, são esses lugares entreabertos que nos permitem refletir sobre novas práticas de leitura de e do mundo – que além de exigir uma reflexão sobre a funcionalidade de um dispositivo teórico, exige reflexão sobre os modos de circulação dos discursos – de modo a possibilitar uma nova escrita do e no mundo.

Depois de apresentados os textos que compõem este *No Campo Discursivo*, pode-se perceber que o resultado da aposta na complexidade do campo que têm o *discurso* como conceito-chave é profícuo. Os problemas de linguagem em intersecção com a história e a política resultam em caminhos de investigação e, conseqüentemente, em formas de conhecimento não apenas da linguagem, mas também da sociedade. A ampla gama de assuntos, de percursos e análises tracejadas demonstra, entre outras coisas, uma “[...] questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 2006 [1983], p. 57). Em conjunção a isso, *No Campo Discursivo* leva a cabo a disposição e o compromisso em trazer a público as conseqüências da aposta nos estudos discursivos de hoje que, em boa medida, podem ser traduzidos pelos textos a seguir.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2002 [1929].
- COURTINE, J. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). Trad. Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n.6, p. 5-18, abr./jun. 1999.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Junior e Alberto Alonzo Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. v.1. O campo do signo, 1945/1966. 2. ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969].

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages* 24, p. 93-106, dec.1971.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al.. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 [1969]. p.61-163.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1983].

PRIMEIRA PARTE:
HISTÓRIAS, NARRATIVAS, CONCEITOS

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO MUNDO ÁRABE: POR UMA SOCIOLINGUÍSTICA DA REVOLUÇÃO

Ashraf Abdelhay
Cristine G. Severo

INTRODUÇÃO

Neste capítulo discorreremos, sucintamente, sobre as políticas linguísticas no mundo árabe, atentando, ao final, para o papel relevante das revoluções atuais no cenário sociolinguístico desse contexto. Para tanto, reconhecemos a necessidade de situarmos os discursos sobre as línguas em contextos históricos e sociais mais amplos. Abordamos a questão linguística tendo em vista a experiência colonial e a emergência dos Estados Nacionais. Sabemos que tais acontecimentos embalsamaram fortemente as ideologias linguísticas que ajudaram a moldar a maneira como as línguas foram discursivamente construídas no interior de práticas de governo e de controle das pessoas, dos territórios, dos corpos, dos deslocamentos e dos processos de significação e de simbolização do mundo (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020). Nos contextos de disputas e tensões políticas, a questão linguística assume uma dimensão simbólica central ao projetar discursos identitários e culturais. Isso se evidencia quando, por exemplo, no mundo árabe, a escrita latina é ideologicamente vinculada ao cristianismo e à tradição ocidental, e a escrita árabe ao islamismo e à tradição oriental (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020).

Defendemos que os sentidos de língua devem ser vistos em relação profunda com as práticas sociais locais e os modos como os sujeitos

experienciam e representam o mundo da vida (BAKHTIN, 1993). Reconhecemos que as políticas linguísticas também respondem a projetos típicos do processo colonial e de formação dos Estados Nacionais. Nesse caso, a língua integra um dispositivo colonial (SEVERO, 2019) ao operar simbolicamente como uma categoria que ajudou a naturalizar a ordem colonial das coisas, através, por exemplo, de termos como língua materna, língua nativa, língua indígena e língua vernacular (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020). A língua integra, também, um dispositivo governamental moderno (SEVERO, 2013) ao contribuir para a inscrição de um senso de comunidade nacional através, entre outros, de designações formais, como língua nacional e língua oficial; de sua institucionalização como língua da escolarização e do letramento; de seu registro cultural em literaturas nacionais; de sua regulamentação através de discursos acadêmicos, jurídicos e políticos; e de sua sacralização através de práticas religiosas, especialmente no mundo árabe. Registre-se que a governamentalidade moderna tem sido fortemente sustentada pelo uso do letramento e da língua (BLOMMAERT; RAMPTON 2011), o que se evidencia, inclusive, no mundo árabe. Sobre o letramento, a escolha do modelo ortográfico a ser usado para registrar a escrita árabe sinaliza para aspectos ideológicos importantes, especialmente no que tange à relação entre linguística e teologia.

O presente capítulo se estrutura da seguinte maneira: enfocamos, inicialmente, alguns aspectos centrais da situação sociolinguística do mundo árabe e, em seguida, examinamos a relação entre as políticas linguísticas pós-independência, atentando para a maneira como elas foram moldadas por discursos coloniais sobre as línguas. Concluímos com algumas reflexões sobre os efeitos produzidos pelas dinâmicas revolucionárias atuais na situação linguística do mundo árabe, advogando a favor de uma *sociolinguística da revolução*.

SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA NO MUNDO ÁRABE: A DIGLOSSIA ÁRABE

Para compreendermos a política linguística no mundo árabe, precisamos localizar os discursos de políticas linguísticas em seus contextos sócio-históricos mais amplos. Nesta seção, identificamos as características mais relevantes da situação linguística dessa região e, na seção seguinte, apresentamos um recorte do contexto sócio-histórico que contribuiu para moldar essa situação linguística.

O mundo árabe (em árabe: *‘ālam al-‘arabī*) é visto como uma nação árabe (em árabe: *al-ummah al-‘arabīyyah*) constituída por vinte e dois países que integram a Liga Árabe (figura 1). O árabe é língua (co-)nacional e (co-)oficial dos países que contituem o mundo árabe.

Figura 1: Mundo árabe



Fonte: 123RF.com

A língua árabe (incluindo a modalidade padrão e suas variedades) é falada com cerca de 423 milhões de pessoas¹. Nesse contexto socio-linguístico pan-nacional, as variedades do árabe são designadas com nomes específicos: *Fus-ha* (para o padrão) e *aammiyya/darija* (para o dito dialeto). A relação entre o árabe e seus dialetos não é aleatória, mas organizada sociolinguisticamente. O modo de organização socio-

¹ Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/arab-countries/>. Acesso em 23 de junho de 2020.

linguístico do árabe padrão em relação com os dialetos foi designado, por Ferguson (1959, 1991) como diglossia, em um estudo clássico no qual o autor compara quatro contextos linguísticos: o árabe, o grego moderno, o alemão suíço e o crioulo haitiano. Reproduzimos abaixo o conceito de diglossia, que tem sido amplamente usado para caracterizar a sociolinguística do mundo árabe:

Uma situação linguística relativamente estável na qual, juntamente com outros dialetos da língua (o que pode incluir o padrão ou padrões regionais), há uma variedade sobreposta muito divergente e altamente codificada (geralmente gramaticalmente mais complexa), usada como veículo de um amplo corpo de textos escritos respeitados; [...] é aprendida em grande medida através da educação formal e é usada para propósitos escritos ou de fala formal, mas não é usada por nenhum setor da comunidade em conversas cotidianas² (FERGUSON, 1959: p. 336)

Podemos considerar a chamada diglossia árabe como um traço distintivo da situação sociolinguística pan(nacional) que organiza as variedades do árabe em variedade ‘alta’ (árabe padrão) e variedade ‘baixa’ (fala coloquial/dialeto). Ferguson (1959) elencou nove elementos que devem ser levados em conta nas situações de diglossia: função, prestígio, herança literária, aquisição, padronização, estabilidade, gramática, léxico e fonologia (para uma revisão do tema, conferir FISHMAN, 1967; SULEIMAN, 2013). Esses elementos diglóticos visam descrever a variação socialmente estruturada da língua árabe. Há, por exemplo, expectativas compartilhadas sobre o uso do padrão (*fusha*) e do dialeto (*darija*): a relação entre o padrão e o dialeto é funcionalmente distribuída, em que cada variedade projeta domínios funcionais e discursivos totalmente próprios, mesmo que essa relação funcional – entre a língua e o domínio

2 “A relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superimposed variety, the vehicle of a large and respected body of written literature; either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation”. Tradução de nossa responsabilidade.

que ela projeta –, seja posta à prova. Ocorre que o padrão de uso linguístico funcional e discursivamente “policiado” é geralmente negociado e subvertido pelos sujeitos; por exemplo, professores ensinam usando um código com recursos considerados dialetais, e agentes políticos fazem seus discursos usando dialetos para fins pragmáticas. Contudo, sem um mapeamento funcional exaustivo dos registros do árabe (do padrão e do dialeto), conforme os domínios de uso, não poderemos deduzir como a negociação ou a subversão efetivamente opera.

As ideologias linguísticas atuam fortemente na formação de nossa expectativa sobre a maneira como os registros árabes são distribuídos (FERGUSON 1991; SULEIMAN 2013). Por exemplo, espera-se que o padrão seja usado em contextos formais, como o sermão de sexta-feira, discursos políticos formais no parlamento e correspondências escritas oficiais; já o dialeto projeta outros domínios discursivos, como os contextos informais e as conversas familiares. A diglossia árabe não é um fenômeno linguístico apenas, mas uma condição sócio-comunicativa fortemente influenciada por normas culturais de expectativas orientadas pelos contextos. O padrão é culturalmente visto como tendo mais prestígio, uma língua fortemente respeitada e condição para se veicular discursos oficiais, religiosos e escolares.

O padrão é considerado a língua da escola, sendo gramaticalmente muito mais complexa do que o dialeto, a exemplo do uso de casos no padrão e de seu apagamento no dialeto. Como norma, aprende-se o padrão através da educação formal, e o dialeto é aprendido através de encontros informais, a dita ‘língua materna’. Ninguém no mundo árabe utiliza o padrão em conversas cotidianas, a não ser que busque produzir algum efeito discursivo de formalidade. Contudo, pode-se afirmar que, a despeito dessa divisão linguístico-discursiva fortemente marcada em relação ao árabe, a escola não tem a palavra final sobre seu uso. Sobre os conceitos de língua materna e língua estrangeira, nas teorias psicolinguísticas e neurolinguísticas ocidentais, o padrão de aquisição determina a diferença entre ambas. Contudo, no contexto árabe, diferentemente, o padrão de aquisição não determina o valor cultural do árabe padrão como sendo uma língua estrangeira.

Sabemos que o que determina a avaliação da língua padrão como sendo efetivamente a língua materna/língua nativa dos falantes do mundo árabe tem relação com as ideologias linguísticas (SULEIMAN, 2013). Em outros termos, no mundo árabe, o padrão (*fusha*) não é apenas um meio de construção de conhecimento legitimado ou um instrumento efetivo de comunicação formal, mas é também um símbolo de identidade (pan-) nacional e religiosa. O mundo árabe, tomado como uma pan-identidade, é discursivamente imaginado e projetado através da língua padrão. Assim, dificilmente o árabe padrão seria considerado uma língua estrangeira, mesmo sendo aprendido na escola. Ademais, a relação entre o árabe (padrão) e o Corão, livro sagrado do islamismo, ajudou a constituir o valor do padrão. É esse simbolismo, sobretudo, que impede que o padrão seja afetado ou influenciado pelo dialeto ou por qualquer outra língua. O simbolismo do árabe nessa situação diglósica é fortemente afetado por discursos de política linguística.

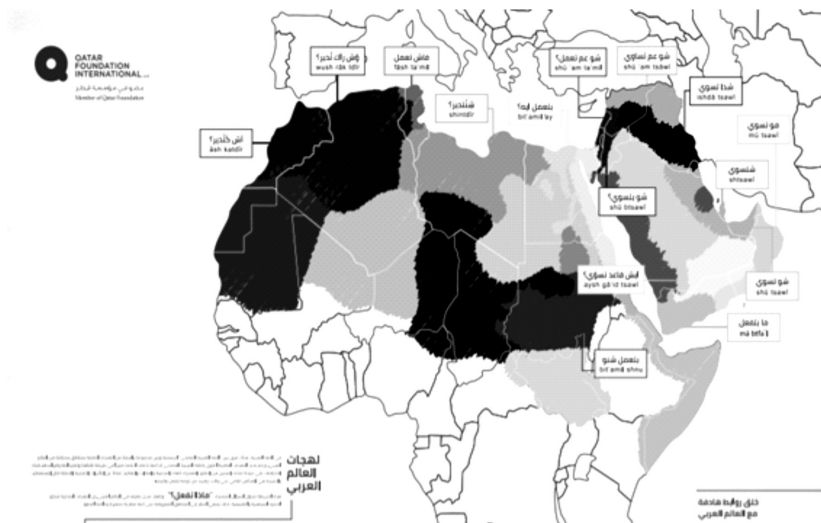
Reitera-se que os dialetos árabes que historicamente derivam do árabe padrão compartilham com o padrão um sistema fonológico único, bem como grande parte do vocabulário. É por isso que na prática é praticamente impossível estabelecer uma fronteira rígida entre o padrão e os dialetos. Contudo, a questão sobre se é possível haver um árabe padrão puro ou um dialeto árabe puro no contexto atual é legítima, pois ela dialoga com o planejamento linguístico, o que será retomado adiante quando abordarmos as ideologias linguísticas em relação com os usos.

Os membros dos países do mundo árabe compartilham seus próprios dialetos nacionais do árabe (árabe sudanês, árabe egípcio, árabe jordaniano, árabe marroquino etc.), juntamente com outros falares locais do árabe. Além do árabe, registre-se a existência de muitas outras variedades linguísticas, incluindo as línguas europeias que são faladas no mundo árabe, dentre as quais algumas possuem o estatuto de oficiais ou co-oficiais (ver Tabela 1). O cenário sociolinguístico atual do mundo árabe é dinamicamente multilíngue, o que implica uma realidade complexa de práticas linguísticas. Por exemplo, devido à imigração por motivos de trabalho nos países do Golfo, é possível ouvir quase todas as “línguas

nomeadas” do mundo, muito embora saibamos que as línguas são mais do que categorias nomeadas com fronteiras facilmente delimitáveis.

A diglossia árabe é uma prática discursiva, socialmente constituída; contudo, se ela é vista como sendo “natural”, isso decorre de um efeito da institucionalização da ideologia linguística dominante sustentada por agências reguladoras das línguas, como as academias literárias, o sistema educacional e a burocracia. O prescritivismo linguístico sustentado por tais práticas institucionais não pode ser reduzido a questões linguísticas, mas compreende valores sociais e modos de significação do que conta como língua (ABDELHAY *et al.*, 2016a). Observe-se que a linguística ocidental tem categorizado o padrão como árabe clássico (a língua do Corão) e como árabe padrão moderno (*Modern Standard Arabic*, MSA). Entretanto, diferentemente, os sujeitos não-especialistas, os ditos leigos, no mundo árabe reconhecem o “árabe padrão” como um código único e monolítico, que eles nomeiam como *al-Fusha*. Ademais, as constituições nacionais, por exemplo, não delimitam qualquer tipo de árabe, elas apenas registram “árabe”, o que, sabemos por inferência cultural, refere-se ao árabe padrão (o *Fusha*).

Figura 2: Os dialetos árabes



Fonte: QUATAR FOUNDATION INTERNACIONAL

A situação linguística é uma construção histórica, e as políticas linguísticas no mundo árabe devem ser vistas em relação a essa situação linguística historicamente constituída. As políticas linguísticas do árabe são, sobretudo, discursos sobre identidade e poder moldados por uma rede complexa de forças, o que inclui diferentes padrões culturais de colonização ocidental e de ideologias (pan-)nacionalistas (como o arabismo e as políticas de arabização), além dos efeitos da globalização e das recentes revoluções em curso sob a bandeira da “Primavera Árabe”. Na próxima seção, abordaremos sucintamente o impacto das políticas coloniais nesta situação linguística.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS COLONIAIS E PÓS-INDEPENDÊNCIA

Dois padrões do colonialismo ocidental afetaram de maneira significativa a política das línguas no mundo árabe e, por tabela, as políticas e planejamentos institucionais e educacionais do período pós-independências: os padrões francês e britânico de colonização. O regime colonial francês impôs o francês como a língua oficial especialmente em países localizados ao norte da África. Em países como Marrocos e Argélia, o regime francês instigou uma tensão entre o árabe e a língua bérbere (SULEIMAN, 2003). Registre-se que o protetorado francês em Marrocos durou de 1912 a 1954, quando foram criadas escolas francesas e o francês passou a ser intensamente usado para funções administrativas e governamentais. Mais especificamente sobre a língua bérbere no Marrocos (ou melhor, a língua *Amazigh*), registre-se que por mais de sete décadas os falantes de *Amazigh* – que englobam três sub-grupos étnico-linguísticos, totalizando em torno de 30 a 40% da população marroquina, localizada especialmente nas regiões rurais – têm lutado pelo reconhecimento institucional da sua língua, paralelamente ao que ocorreu com o francês e o árabe; contudo, foi apenas nos últimos 20 anos que a comunidade *Amazigh* começou a receber uma legitimação linguística: em 2003, houve a permissão de uso escolar dessa língua, e em 2011, o rei Maomé VI atribuiu status de oficialidade ao *Amazigh* (BENTON-MONAHAN; SEVERO, 2020).

Ainda sobre a colonização francesa no Marrocos, a população *Amazigh* teve a sua cultura e língua fortemente apoiadas pelos franceses como estratégia de sustentação de uma cisão entre o povo *Amazigh* e a monarquia marroquina cuja origem era, de forma geral, árabe. Tal atitude separatista intensificou a animosidade entre aqueles que se consideravam *Amazigh* e aqueles que se intitulavam como marroquinos de origem árabe, culminando no movimento em defesa da identidade nacional e dos direitos dos povos *Amazigh* (MADDY-WEITZMAN, 2011). Como resposta árabe à colonização francesa, houve a intensificação do movimento de arabização em Marrocos, baseado na afirmação da identidade, língua e nacionalismo islâmico-árabe. Com isso, após a independência, o árabe foi decretado a língua oficial e o islamismo a religião do Estado, sendo que o francês continuou a ser ensinado nas escolas, carregando um significado de prestígio e riqueza (BENTON-MONAHAN; SEVERO, 2020).

As políticas linguísticas pós-independência das ex-colônias francesas focalizaram questões de planejamento de status (escolha dos usos linguísticos) especialmente por motivos simbólicos, como parte integrante do processo de construção da nação. O árabe passou a carregar a marca simbólica de uma identidade nacional, enquanto o francês foi usado para alcançar fins instrumentais e pragmáticos, seja na esfera educacional, seja na esfera dos negócios internacionais. Evidentemente, esse uso instrumental também carrega uma dimensão simbólica importante, que ressoa memórias coloniais recentes.

Já o sistema colonial britânico, por outro lado, adotou uma política linguística orientalizante, ajudando a criar línguas indígenas através da codificação de dialetos, a exemplo da *Rejaf Language Conference* (1928), um seminário promovido pela colonização britânica, destinado à planificação das línguas do sul do Sudão. O uso desse tipo de seminário caracterizou a política linguística colonial britânica, que aplicou o mesmo modelo na Rodésia. Aquele evento foi orientado pelas seguintes propostas: classificação das línguas em grupos, determinação do seu status, criação de ortografias baseadas no alfabeto latino para as línguas locais e produção de materiais de instrução para as escolas (ASHRAF *et al.*, 2011). As políticas linguísticas pós-independência também foram

centradas no planejamento de corpus. Essa política operou através da prática local e se apoiou, em grande medida, nas práticas missionárias protestantes. Registre-se que o Sudão foi colônia britânica entre 1899 e 1956, quando ocorreu a independência; a partir de 2011, o Sudão foi finalmente dividido em Norte e Sul. A colonização britânica, entre outros aspectos, contribuiu com a construção binária da ideia de uma identidade do norte, de orientação islâmica e árabe *vs.* uma identidade do sul, que vincularia o uso do inglês a uma resistência à arabização. A colonização da parte sul do Sudão foi marcada pela forte presença de missionários, daí a relação entre cristianismo, tribalização, governo indireto e língua inglesa (ASHRAF *et al.*, 2011).

Uma política linguística árabe que incorpore uma dada ideologia linguística nem sempre corresponde às práticas concretas. As pessoas podem, por exemplo, afirmar que falam o padrão quando, na prática, se trata de um dialeto (FERGUSON, 1959), embora saibamos que as designações “língua” e “dialeto” são ideologias linguísticas, reforçadas pelo cenário sócio-discursivo diglótico. Há uma diferença entre a avaliação sobre o comportamento e o comportamento propriamente dito. Uma política linguística considerada “bem-sucedida” deve conciliar as ideologias e as práticas, sendo estas caracterizadas pela rotina e a padronização dos usos. As ideologias linguísticas sobre o árabe desempenham um papel importante na estabilização de um imaginário social de padrão.

Ademais, os conceitos não-acadêmicos de árabe (por exemplo, o árabe como uma língua sagrada) integram o repertório linguístico dos sujeitos e também contribuem para a manutenção de uma relativa estabilidade da situação linguística diglótica. Por exemplo, nas ideologias populares e institucionalizadas sobre o árabe, os dialetos árabes são vistos como versões corrompidas do padrão e, portanto, deveriam ser controlados e, eventualmente, erradicados dos repertórios da fala. Ademais, a alternância de códigos envolvendo o árabe e as línguas estrangeiras é vista como uma poluição do árabe. Contudo, sabemos que as práticas linguísticas estão longe de serem consideradas como um dialeto puro ou padrão puro. Como podemos ver na Tabela 1 abaixo, embora algumas constituições nacionais de grande parte dos países árabes institucionalizem o árabe como língua

oficial ou nacional, a situação atual (como o norte da África) nos mostra uma história diferente, a exemplo da forte presença visual e audível de línguas europeias do período colonial no espaço público. Isso mostra as ressonâncias coloniais nesses contextos.

<i>Countries with Arabic as the joint or sole official language</i>		
Country	Official language ^a	Languages used ^b
Algeria	Arabic	Arabic, Chaouia, French, Kabyle, Tachelhit, Tamazight, Taznatit
Bahrain	Arabic	Arabic, English, Farsi, Urdu
Chad ^c	French, Arabic	Arabic, Daza, French, Gulay, Kanuri, Maba, Sara, Zaghawa
Comoros	Shikomor, Arabic, French ^d	Arabic, French, Shikomor
Djibouti	Arabic, French	Afar, Arabic, French, Somali
Egypt	Arabic	Arabic, Armenian, Domari, Greek, Nubian
Iraq	Arabic	Arabic, Azeri, Farsi, Kurdish, Turkmen
Jordan	Arabic	Arabic, Armenian, Chechen, Circassian
Kuwait	Arabic	Arabic, English
Lebanon	Arabic	Arabic, Armenian, English, French, Kurdish
Libya	Arabic	Arabic, Nefusi, Tamashek, Zuara
Mauritania	Arabic	Arabic, Fulfulde, Soninke, Tamashek, Wolof
Morocco	Arabic	Arabic, Draa, French, Spanish, Tachelhit, Tamazight, Tarifit
Oman	Arabic	Arabic, Baluchi, English, Farsi, Swahili
Palestinian Territories	Arabic	Arabic, Domari
Qatar	Arabic	Arabic, English, Farsi
Saudi Arabia	Arabic	Arabic, English
Somalia	Somali, Arabic	Arabic, Gabre, Jiddu, Maay, Mushungulu, Somali, Swahili
Sudan	Arabic	Arabic, Bedawi, Beja, Dinka, English, Fur, Nuer
Syria	Arabic	Arabic, Armenian, Assyrian, Azeri, Kurdish
Tunisia	Arabic	Arabic, Berber languages/dialects, French
United Arab Emirates	Arabic	Arabic, Baluchi, English, Farsi, Pashto, Somali
Yemen	Arabic	Arabic, Mehri, Somali

Tabela 1: Distribuição do árabe e outras línguas no mundo árabe
 Fonte: Bassiouney (2008)

A ideologia herderiana subjacente ao nascimento dos Estados Nacionais – uma língua, uma nação – esteve na base da cultura linguística do mundo árabe moderno. Houve uma política de arabização implantada não apenas nos meios de instrução, mas em toda a paisagem cultural e linguística pós-independência. A arabização é uma ideologia monoglota (SILVERSTEIN, 1996) que opera em um cenário multilíngue. A ara-

bização é fundamentalmente um projeto nacionalista a ser executado, tomando a língua como sua procuradora.

De forma geral, as políticas linguísticas explícitas são projetadas para lidar com a diversidade linguística; e as instituições – governamentais e não-governamentais – são responsáveis pela implementação dessas políticas. Uma das instituições mais importantes nesse contexto é a academia da língua árabe. Algumas dessas academias mais importantes incluem *Damascus Language Academy* (criada em 1919); *The Cairo Arabic Language Academy* (fundada em 1932); *The Iraqi Academy* (criada em 1947); *The Jordanian Academy* (fundada em 1976); *The Khartoum Arabic Language Academy* (1993), *The academies and Arabic language commissions* na África do Norte (a exemplo de Tunísia, Argélia e Marrocos, criadas entre 1980 e 1996). Essas academias árabes lidam principalmente com a questão do planejamento de corpus (criando dicionários, modernizando léxico, etc), com fins de garantir o árabe “correto”. Elas fazem isso com a intenção de conservar a ideia de “pureza” do padrão, reforçando o planejamento de status do árabe. Note-se que essas academias não são neutras, mas seguem modelos europeus, como as academias da Síria e do Egito, construídas aos moldes da academia francesa (SAWAIE, 2006). As ações das academias literárias e linguísticas do árabe são coordenadas pela União das Academias da Língua Árabe (*Union of Arabic Language Academies*), estabelecida em 1971.

As instâncias reguladoras do planejamento linguístico no mundo árabe, juntamente com os discursos que elas promovem, são ideológicas, pois (des)autorizam os direitos linguísticos de grupos específicos e, portanto, afetam seus direitos de acesso aos recursos culturais e materiais no contexto dos Estados (ABDELHAY *et al.*, 2016b). Devido aos projetos nacionais que elas endossam, essas instâncias reguladoras contribuem para reforçar a construção de recursos linguísticos e culturais hierarquicamente estratificados.

A análise das políticas linguísticas no mundo árabe deve levar em conta o modo como o árabe tem sido sistematicamente utilizado como instrumento de poder (SULEIMAN, 2003). A função ideológica da

língua faz com que a arabização seja um negócio sempre inacabado. A arabização é, na verdade, um processo paradoxal: quanto mais o padrão se espalha, mais fragmentado ele se torna. Isso porque a língua é um fenômeno histórico, usada em condições concretas por sujeitos com diferentes trajetórias. Ademais, devido às ideologias linguísticas, a arabização contribui para a visibilidade das línguas locais, ao invés da sua morte ou desaparecimento (ABDELHAY *et al.*, 2016a). Resumindo: a política linguística, como discurso sobre a língua e a sociedade, é necessariamente indexadora de ideologias sócio-políticas, de identidades e de estruturas de poder (ABDELHAY; MAKONI; SEVERO, 2020)

PALAVRAS FINAIS: POR UMA SOCIOLINGÜÍSTICA DA REVOLUÇÃO

Neste capítulo, abordamos, de maneira sucinta, a situação linguística do mundo árabe, com enfoque na sua natureza diglósica e na maneira como as políticas pós-independência têm sido colonialmente moldadas. A paisagem linguística de qualquer sociedade reflete as ideologias linguísticas e sociais dominantes. Sobre as tensões revolucionárias recentes no mundo árabe, registre-se que desde 2011 a região tem testemunhado uma série de quedas de governos ditatoriais. Com isso, uma série de articulações semióticas anteriormente invisíveis passaram a emergir em diferentes contextos nessas regiões (Síria, Sudão, Egito, Iêmen e Líbia), dominando a paisagem linguística, o que inclui, por exemplo, registros verbais (in)subordinados, como gêneros musicais e o grafite. Nossos conceitos ideológicos sobre a língua estão sendo gradualmente redefinidos. Em outras palavras, o que estamos testemunhando é um processo de reestruturação semiótica dos espaços de poder. Por exemplo, formas arcaicas da língua núbica têm sido reinventadas com novas funções metadiscursivas, em reconhecimento ao papel desempenhado pelas mulheres na revolução, a exemplo da palavra *Kandaka*, que hoje reatualiza o sentido de mulheres revolucionárias, no Sudão. E o dialeto árabe sudanês tem sido um dos recursos verbais usados na construção da resistência discursiva, sendo que ele também faz parte de um outro complexo semiótico (a ideologia do padrão). Práticas semióticas não-verbais

também surgiram fortemente, como o grafite. A paisagem simbólica hoje tem articulado, de maneira persistente, uma narrativa revolucionária de resistência, usando recursos locais e translocais. A língua verbal tem ficado subordinada a outras formas de expressão simbólica. Também vislumbramos o uso político de diferentes gêneros – como o reggae e o hip-hop – e a maneira como eles têm sido apropriados como um modelo de resistência, fazendo uso de léxico dialetal local.

Finalmente, defendemos que uma *sociolinguística da revolução* – que seja capaz de propor um outro conceito de língua, moldado pelas práticas materiais atuais e pelos processos de lutas que visam mudar as regras do jogo – é urgente e necessária.

REFERÊNCIAS

- ABDELHAY, A *et al.* Arabicization and the Khartoum Arabic language academy. *The Journal of North African Studies*, v. 21, n. 5, p. 831-856, 2016a.
- ABDELHAY, A *et al.* The cultural politics of language in the Sudan: Against the racializing logic of language rights. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 38, n. 4, p. 346-359, 2016b.
- ABDELHAY, A.; MAKONI, S.; SEVERO, C. *Language planning and policy: Ideologies, ethnicities and semiotic spaces of power*. Newcastle upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2020.
- ABDELHAY, A. *et al.* The sociolinguistics of nationalism in the Sudan: the politicisation of Arabic and the Arabicisation of politics. *Current Issues in Language Planning*, v. 12, n. 4, p. 457-501, 2011.
- BANCO DE IMAGENS [Isento de direitos autorais]. *123rf*. Disponível em: <https://br.123rf.com/> Acesso em 22 jun. 2020.
- BAKHTIN, M. *Toward a philosophy of the Act*. Edited by Vadim Liapunov and Michael Holquist. Translation and notes by Vadim Liapunov. Texas: University of Texas Press, 1993.
- BENTON-MONAHAN, C.; SEVERO, C. G. Amazigh language policy in Morocco and the power of contradiction. In: Ashraf ABDELHAY, A.; MAKONI, S. B.; SEVERO, C. G. (org.). *Language planning and policy ideologies, ethnicities, and semiotic spaces of power*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2020. p. 50-67.

- BASSIOUNEY, R. *Introduction to Arabic sociolinguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.
- BLOMMAERT, J. Language policy and national identity. In: RICENTO, T. (org.). *An introduction to language policy: Theory and method*. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 238-254.
- BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity. *Diversities*, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2011.
- FERGUSON, C. Diglossia. *Word*, v. 15, p. 325-340, 1959.
- FISHMAN, J. Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 2, p. 29-38, 1967.
- MADDY-WEITZMAN, B. *The Berber Identity Movement and the Challenge to North African States*. USA: University of Texas Press, 2011.
- QUATAR FOUNDATION INTERNACIONAL. *Infographic: Dialects of the Arab World*, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.qfi.org/blog/infographic-dialects-arab-world>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- SAWAIE, M. Language academies. In: VERSTEEGH, K. (org.). *Encyclopedia of Arabic Language and Linguistics*. Leiden: Brill, 2006. p. 634-642.
- SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. *Calidoscópico* (UNISINOS), v. 1, p. 107-115, 2013.
- SEVERO, C. G. *Os jesuítas e as línguas: contexto Colonial Brasil-África*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- SILVERSTEIN, M. Monoglot 'standard' in America: standardization and metaphors of linguistic hegemony. In: BRENNEIS, D.; MACAULAY, R. (org.). *The matrix of language: Contemporary linguistic anthropology*. Boulder, CO: Westview Press, 1996, p. 284-306.
- SULEIMAN, Y. *The Arabic language and national identity: A study in ideology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.
- SULEIMAN, Y. Arabic folk linguistics: between mother tongue and native language. In: OWENS, J. (org.). *The Oxford handbook of Arabic linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Atilio Butturi Junior é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004), Mestre (2008 e Doutor (2012) em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral no IEL/UNICAMP (2014-2015), sob supervisão do Prof. Dr. Kanavilil Rajagopalan, e estágio pós-doutoral na Faculdade de Filosofia da Ciência da Universidade Nova de Lisboa (2017-2018), com bolsa da CAPES-Brasil, sob supervisão do Prof. Dr. José Luís Câmara Leme. É professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (da área de Linguística Aplicada, líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (UFSC CNPq) e membro do Grupo de Pesquisa A condição Corporal (PUC-SP CNPq) e do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA UFSC CNPq). Desde 2015, é editor-chefe da revista Fórum Linguístico, docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS. É, atualmente, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2).

Sandro Braga fez sua carreira acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina: graduação em Jornalismo (1998) e em Letras Português (2011); mestrado (2001) e doutorado (2007) em Linguística. Atualmente, é professor Adjunto da Universidade em que estudou, no Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, atuando na área da Análise do Discurso e da Produção Textual Acadêmica. É credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, onde lidera o Grupo de Estudos no Campo Discursivo e participa do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA). É coordenador do Laboratório de Leituras e Escrita Acadêmica (LABEAL), espaço voltado para o: i) assessoramento à escrita do aluno; ii) desenvolvimento de questões de pesquisas que envolvam escrita e subjetividade em Análise do Discurso e na Psicanálise.

Thiago Barbosa Soares possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É professor nos cursos de graduação em Letras e de pós-graduação *stricto sensu* em Letras da Universidade Federal do Tocantins, no campus de Porto Nacional.

SOBRE OS AUTORES

Amanda Maria de Oliveira possui graduação em Letras-Português e Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014) e mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Integrante do GELID - Grupo de estudos em Linguagem e Dialogismo.

Ashraf Abdelhay tem doutorado em Sociolinguística pela Universidade de Edimburgo. Sua pesquisa se concentra na política linguística e cultural do Sudão, com ênfase na interseção entre discurso e relações de poder. Trabalhou no Departamento de Estudos Islâmicos e do Oriente Médio na Universidade de Edimburgo e, em seguida, realizou pós-doutorado no Departamento de Estudos do Oriente Médio na Universidade de Cambridge (2009-2010), e foi pesquisador associado da Clare Hall College na University of Cambridge (2019). Atualmente trabalha no Doha Institute for Graduate Studies (Qatar) como Professor Associado no programa de Linguística e Lexicografia Árabe. Suas publicações recentes incluem: *African Literacies: Ideologies, Scripts, Education*, co-organizado com Kasper Juffermans e Asfahan Yonas (Cambridge Scholars, 2014) ; e *Language Policy and Planning Semiotics of Space and Ethnicities*, co-organizado com Ashraf Abdelhay e Sinfree Makoni (Cambridge Scholars, 2020).

Atilio Butturi Junior é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004), Mestre (2008) e Doutor (2012) em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral no IEL/UNICAMP (2014-2015), sob supervisão do Prof. Dr. Kanavilil Rajagopalan, e estágio pós-doutoral na Faculdade de Filosofia da Ciência da Universidade Nova de Lisboa (2017-2018), com bolsa da CAPES-Brasil, sob supervisão do Prof. Dr. José Luís Câmara Leme. É professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (da área de Linguística Aplicada, líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (UFSC CNPq) e membro

do Grupo de Pesquisa A condição Corporal (PUC-SP CNPq) e do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA UFSC CNPq). Desde 2015, é editor-chefe da revista Fórum Linguístico, docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFFS. É, atualmente, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2).

Cristine Gorski Severo é professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Realizou dois doutorados na UFSC, um em Linguística e outro em Estudos Interdisciplinares, e realizou pós-doutorado sobre Políticas Linguísticas no contexto africano pela Penn State University. Tem pesquisado políticas linguísticas em contextos coloniais e pós-coloniais, com enfoque na relação histórica e política entre Brasil e África. Suas publicações incluem *Política Linguística Brasil-África* (Insular 2015), em co-autoria com Sinfree Makoni; *Foucault e as linguagens* (Pontes, 2018), co-organizado com Atilio Buturi Jr.; *Os jesuítas e as línguas no contexto colonial Brasil-África* (Pontes 2019); e *Language Policy and Planning Semiotics of Space and Ethnicities*, co-organizado com Ashraf Abdelhay e Sinfree Makoni (Cambridge Scholars, 2020).

Denise Bernuzzi De Sant'anna é professora livre-docente de História da PUC-SP. Possui graduação e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Diploma de Estudos Avançados em História pela Universidade Paris VII (1990), Doutorado em *Histoire des Civilisations Occidentales* pela Université Paris VII (1994). Realizou Pós-Doutorado em História na EHESS em 2003/4. Foi professora visitante da EHESS em Paris nos períodos de 2000, 2001 e 2007. Foi professora visitante do Erasmus Mundus PhoenixEM Dynamics of Health and Welfare entre 2008 e 2009. Desde 1996 é professora da PUC-SP, ministrando cursos na Graduação e nos Programas de Pós-Graduação de História e Psicologia Clínica. Foi membro do Graduate Programme in Social Dynamics of Health para a formação de um Shared/Master/PHD dentro do Programa Alfa (A) mantido pela Comunidade Europeia, entre 2005 e 2009. Colabora com o Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. É bolsista produtividade I do CNPq e exerceu diversos cargos de coordenação e chefia na PUC-SP. Especializou-se em história do corpo, e trabalha com temas relacionados à história urbana, história da

higiene, da saúde e das emoções, entre os séculos XIX e XX. Lidera o grupo de pesquisa *A condição corporal* e participa de redes internacionais de pesquisa sobre as relações entre o corpo e a subjetividade contemporânea. Atualmente, é Coordenadora de área CHS I da Fapesp.

Ilza Galvão Cutrim possui doutorado e mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus de Araraquara. É Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. É Professora-Associada IV do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLEtras (Mestrado Acadêmico) da Universidade Federal do Maranhão. É vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLEtras (UFMA), vice-líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Discurso - GPELD e Coordenadora do Projeto de Extensão Entretextos. Bolsista Produtividade FAPEMA (Período 01/10/2018-30/09/2019).

José Antonio Rodrigues Luciano possui graduação em Letras (2018) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Assis e é Mestrando (2020) e em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Araraquara, com bolsa de estudos CNPq. Integrante do GED - Grupo de Estudos Discursivos. Área de atuação: Análise Dialógica do Discurso - Estudos Bakhtinianos.

Luana de Araujo Huff é licenciada em Letras Português, Inglês e respectivas literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC (2014), possui mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2017) e está em Doutorado em Linguística pela mesma Universidade (2017-). Já atuou como professora de língua inglesa para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente é Técnica Administrativa em Educação no Instituto Federal Catarinense - Campus Videira, participa do projeto de extensão do Grupo de estudos Linguagem & Dialogismo - GELID da UFSC e do projeto de pesquisa Práticas discursivas em contextos escolares e não escolares. Desenvolve suas pesquisas na área de Linguística Aplicada, dedicada à Análise Dialógica dos Discursos (ADD) e ao Ensino de leitura, escrita e prática de análise linguística.

Luciane de Paula possui graduação em Letras (1997), Mestrado (2001) e Doutorado (2007) em Linguística e Língua Portuguesa, todos pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Araraquara e Pós-doutorado (2011) pela Université François Rabelais - Tours - France. Professora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, lotada no Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação - DELLE, de Assis, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da UNESP - Araraquara e no Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras. Líder do GED - Grupo de Estudos Discursivos. Área de atuação: Análise Dialógica do Discurso - Estudos Bakhtinianos.

Marcelo Raffin é pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) da Argentina, sediado no Instituto de Pesquisas Gino Germani da Universidade de Buenos Aires (UBA) e Professor Titular Plenário Regular de Filosofia na mesma universidade. Doutor e HDR (*Habilitation à diriger des recherches*) em Filosofia pela Universidade de Paris 8 Vincennes-à-Saint-Denis. Diretor do Programa de Estudos Foucaultianos (PEF) da UBA. Publicou, entre outros livros, *Verdad y subjetividad en Michel Foucault (1970-1980)* (diretor, 2020), *Droits de l'homme, sujet et devenir. L'expérience contemporaine du Cône sud d'Amérique latine* (2017) e *La noción de política en Agamben, Esposito y Negri* (editor, 2015).

Marcos Barbai tem formação em Letras (UFMS), com mestrado, doutorado e pós-doutorado em Linguística (Unicamp - Paris 3). É pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos, do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, da Unicamp. É professor do Programa em Divulgação Científica e Cultural, IEL/Labjor. Dedicase à Análise de Discurso materialista e à transmissão da Psicanálise. É psicanalista.

Mônica Cruz é doutora e mestra em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Araraquara). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é professora associada II, do Departamento de Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. É líder do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso do Maranhão (GPELD/CNPq) e vice-coordenadora do Projeto de Extensão Entretextos (UFMA).

Pedro de Souza tem doutorado pela UNICAMP e pós-doutorado pela *École Normale Supérieure -Sciences-Lettres-Lion*. É atualmente professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência de ensino e pesquisa em Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística e Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, enunciação, subjetividade, seguindo a perspectiva de Michel Foucault. Nessa mesma linha temática, desde 1995, orienta nos programas de Pós-Graduação em Literaturas e Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem em andamento ainda o projeto sobre voz e subjetivação na palavra cantada.

Rita Maria Diniz Zozzoli possui graduação em Letras, português/francês pela Universidade Federal de Alagoas (1973), graduação em Lettres pela Université de Franche-Comté Besançon/França (1974), Maîtrise em Lettres pela Université de Franche-Comté Besançon/França (1976) e doutorado em Linguistique et Enseignement du Français pela Université de Franche-Comté Besançon/França (1985). Estágios pós-doutorais na Universidade Estadual de Campinas (1992) e na Universidade de Paris III/Sorbonne Nouvelle (2012). Líder do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL). Áreas de atuação: Linguística Aplicada e Análise Dialógica do Discurso. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL).

Rodrigo Acosta Pereira possui graduação em Letras pela UFSM, mestrado em Linguística pela UFSC, doutorado em Linguística pela UFSC e Pós-doutorado em Linguística Aplicada pela PUCSP. Professor de Linguística Aplicada na UFSC, atuando na graduação, na Pós-Graduação em Linguística e no PROFLETRAS. Integra o GT Gêneros textuais/discursivos da ANPOLL.

Roselene de Fatima Coito é docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Licenciada em Letras e graduada em Língua Portuguesa/Alemão, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara (UNESP), obteve seu título de mestre em Estudos Literários, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Araraquara (UNESP), e doutorado em Estudos Literários pela mesma universidade. Realizou o pós-doutorado na *École des Hautes*

Études en Sciences Sociales - Paris, sob a supervisão do Professor Doutor Roger Chartier, nos anos de 2008-2009. Sua experiência profissional abrange o ensino Fundamental, Médio e Superior, em escolas públicas, particulares e de idiomas e parecerista em revistas científicas. Atua na área de Língua Portuguesa, além de cursos de extensão e de pós-graduação.

Rudolf Mahrer é professor da University of Lausanne, onde atua na *Faculté des Lettres*. Possui doutorado em *Sciences du Langage* (Paris 3, Sorbonne Nouvelle, 2014). Seu trabalho produz uma intersecção entre a linguística da enunciação e a semiologia da escrita e diz respeito à discussão dos limites entre o enunciado oral e o escrito. Dedicar-se, atualmente, ao estudo de gêneros escritos e à gênese escrita dos discursos orais.

Sandro Braga fez sua carreira acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina: graduação em Jornalismo (1998) e em Letras Português (2011); mestrado (2001) e doutorado (2007) em Linguística. Atualmente é professor Adjunto da Universidade em que estudou, no Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, atuando na área da Análise do Discurso e da Produção Textual Acadêmica. É credenciado ao Programa de Pós-graduação em Linguística, onde lidera o Grupo de Estudos no Campo Discursivo e participa do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA). É coordenador do Laboratório de Leituras e Escrita Acadêmica (LABEAL), espaço voltado para o: i) assessoramento à escrita do aluno; ii) desenvolvimento de questões de pesquisas que envolvam escrita e subjetividade em Análise do Discurso e na Psicanálise.

Suzy Lagazzi é graduada em Letras pela Unicamp, mestrado e doutorado em Linguística, pela mesma universidade, atua na área de Análise do Discurso e em 1999 foi contratada como docente no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Em 2019, passou a professora colaboradora. Integra o Centro de Pesquisa PoEHMaS (IEL/Unicamp) e lidera dois grupos de pesquisa no CNPq: *O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem*, juntamente com Guilherme Adorno de Oliveira, e *Linguagem e Cinema: o gesto em foco*, juntamente com Igor Capelatto.

Thiago Barbosa Soares possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É professor nos cursos de graduação em Letras e de pós-graduação *stricto sensu* em Letras da Universidade Federal do Tocantins, no campus de Porto Nacional.

